

Militares cobrarão de Lula posição sobre Apolônio

Fabio Motta/AE - 5/11/2003

Sinais do Planalto acalmaram ânimos, mas ainda não convenceram grupo de 150 oficiais

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Sinais emitidos pelo Palácio do Planalto de que não pretende afrontar os militares concedendo a promoção ao posto de general-de-brigada de Apolônio de Carvalho, expulso do Exército pela ditadura Vargas, quando era segundo tenente, acalmaram um pouco os ânimos nas Forças Armadas. Mas cerca de 150 oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica esperam posições mais claras hoje do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no tradicional almoço de fim de ano, quando os presidentes costumam apresentar os planos para o setor no ano seguinte e dar os recados para a tropa.

Apesar da polêmica, a Comissão de Anistia, que foi criada em agosto de 2001, prosse-



Bastos: Comissão de Anistia continua fazendo 'o que deve ser feito'

gue seu trabalho, “de forma segura, fazendo aquilo que deve ser feito, o mais rápido que é possível, dentro do conjunto das circunstâncias”, defendeu o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Um dos grandes trunfos foi conseguir assegurar R\$ 1 bilhão para o pagamento dos benefícios até 2006.

O presidente da Comissão de Anistia, Marcelo Lavenere, assegura que este ano “houve grandes avanços, particular-

mente em relação à área militar, com o pagamento efetivo das primeiras indenizações desse segmento”. Dos R\$ 53 milhões a serem pagos este ano, R\$ 25 milhões são para militares. Até o fim do governo, Lavenere espera que todos os 20 mil processos que aguardam apreciação estejam julgados.

Desaparecidos – Mas ainda resta uma grave pendência, que gerou insatisfações até mesmo

entre petistas, como o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), que protestou contra a criação de uma nova comissão interministerial para tentar localizar os corpos dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, por considerar que este é mais um entrave nessa luta. Thomaz Bastos contesta. “Tenham a certeza de que nós vamos resgatar essa dívida histórica também.”

A vice-presidente da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos, Alexandrina Cristensen, diz que “o processo é lento” e se queixa da burocracia no julgamento dos casos, mas reconhece que a concessão de anistias “está acontecendo”.

Um dos temas recorrentes das conversas entre militares é que a Comissão de Anistia usa pesos diferentes quando vai analisar casos de uma mesma luta. Avaliam que, para os guerrilheiros, existe toda uma complacência, que não existe para os integrantes das Forças que morreram em combate.